



# Gênero como perspectiva de análise no desenvolvimento regional

Emanuele Mantovani<sup>1</sup>  
Sílvia Virgínia Coutinho Areosa<sup>2</sup>

Submissão: 08/10/2021

Aceite: 28/01/2022

## Resumo

Este artigo teórico tem como foco uma abordagem analítica reflexiva que percebe o território e as relações de gênero como construções sociais inter-relacionadas e seu objetivo central é abordar as relações de gênero como categoria analítica nas pesquisas em Desenvolvimento Regional (DR). Assim, para esta análise, compreende-se a importância da abordagem territorial do desenvolvimento, não a partir de um enfoque normativo, mas a partir de uma abordagem relacional. E conclui que ao olhar o território não sob o ponto de vista das mulheres ou dos homens, mas a partir das relações que se estabelecem entre eles, acaba por ampliar os debates na área do DR, conferindo maior protagonismo ao território.

**Palavras-chave:** Gênero, território, abordagem relacional.

## Gender as a perspective of analysis in regional development

### Abstract

*This theoretical article focuses on a reflective analytical approach that perceives the territory and gender relations as interrelated social constructions and its central objective is to approach gender relations as an analytical category in research in Regional Development (DR). Thus, for this analysis, the importance of the territorial approach to development is understood, not from a normative approach, but from a relational approach. And he concludes that when looking at the territory not from the point of view of women or men, but from the relationships that are established between them, it ends up expanding the debates in the area of DR, giving greater prominence to the territory.*

**Keywords:** Gender, territory, relational approach.

## 1 Introdução

Seja no campo das políticas públicas ou nos estudos sobre desenvolvimento regional, desde a virada dos anos 1990 para os anos 2000 o território passou a ocupar um novo espaço nessa discussão a partir da compreensão dos territórios como organismos vivos que não se articulam apenas pela forma como produzem economicamente, mas também – e principalmente – pela forma como produzem – e são produzidos – socialmente. Para além de um enfoque normativo, é preciso olhar para os territórios como espaços de vida, analisando como seu tecido e suas dinâmicas sociais moldam os processos de desenvolvimento. Nessa

<sup>1</sup> Doutoranda em Desenvolvimento Regional na Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES (Prosuc). <https://orcid.org/0000-0003-1873-8727> E-mail: [promoterassessoria@gmail.com](mailto:promoterassessoria@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorado em Serviço Social (PUC/RS). Pós-Doutorado em Serviço Social (PUC/RS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNSC). <https://orcid.org/0000-0001-7308-0724> E-mail: [sareosa@unisc.br](mailto:sareosa@unisc.br)

perspectiva, os territórios não são apenas as unidades – ou os receptáculos – onde são aplicados os programas e projetos de desenvolvimento ou o campo empírico das pesquisas. Mais do que isso, adotando uma perspectiva relacional, os territórios devem assumir um lugar de protagonismo, tanto nas pesquisas, quanto no planejamento e na aplicação de políticas públicas (FAVARETO et. al, 2015). Desta forma, adotando o que Reis (2005) chama de uma epistemologia do território, ele deixa de ser apenas o lócus onde acontecem os processos e passa a ter um papel ativo nas dinâmicas coletivas.

Assim como é produto, o território também é produtor das relações que se estabelecem, por isso ocupa lugar central na construção dos fenômenos sociais. Por isso, é importante compreender que não são os limites físicos que definem os territórios, mas a maneira como são produzidas as interrelações e as interações sociais no seu interior. Ou seja, o território é o espaço geográfico no qual se materializam as interações e, também, as relações de poder. São os espaços socialmente construídos. O conceito de território usado de Santos e Silveira (2006) compreende a interrelação entre a materialidade (os aspectos físicos e a natureza) e seu uso (a ação humana, o trabalho, a política, as relações sociais). Portanto, o território é uma estrutura de interrelação entre as condições físicas e materiais e a ação concreta dos sujeitos que o ocupam e produzem no seu interior. Assim, o uso do território pode ser pensado tanto a partir da sua infraestrutura, quanto a partir de suas dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas.

Neste sentido, vale ressaltar que o território não é apenas o palco onde acontecem as interações humanas, mas o resultado dessas interações. É o espaço apropriado e reorganizado pelos indivíduos que nele interagem. Essa apropriação é econômica, política, social e simbólica. Dessa forma, o território pode ser compreendido a partir de diferentes perspectivas, seja pela leitura política das relações de poder, pela leitura econômica, enquanto um recurso a ser explorado, pela sua dimensão simbólica, como mediador das relações sociais e por seu caráter subjetivo. Ao considerar o território enquanto espaço geográfico onde se materializam as interações e as interrelações é importante compreender como os sujeitos condicionam e são condicionados pelos fatores espaciais.

Para esta análise, entende-se a importância da abordagem territorial do desenvolvimento, não a partir de um enfoque normativo, mas a partir de uma abordagem relacional, uma vez que os processos sociais ocorrem a partir de uma relação dialética entre sociedade e indivíduos. Esses processos são multidimensionais e multiescalares (FAVARETO et. al, 2015).

Adotando uma perspectiva relacional de análise, o território vai além da concepção de espaço físico ou limite geográfico e é construído a partir das relações que nele se estabelecem. Enquanto resultado de uma construção social, o funcionamento do território depreende de processos sociopolíticos, muito mais do que das estruturas formais. Assim, a configuração das relações que compõem o território é um fator determinante para o desenvolvimento. Para compreender o desenvolvimento territorial é preciso observar o próprio desenvolvimento como um sistema holístico, a partir da interação social e compreendendo a natureza desta interação e seus processos de conflito. Neste sentido, pela perspectiva adotada por Abramovay (2010) os territórios são constituídos por laços que são estabelecidos por relações mercantis, uma vez que uma ação econômica é uma ação social e que as próprias instituições são construções sociais.

Além disso, a abordagem do território enquanto resultado das relações sociais permite observar estes territórios enquanto campos de disputa entre diferentes protagonistas com interesses diversos. A partir da perspectiva relacional o território ganha vida que é expressa em dinâmicas construídas pela interação entre estruturas e ação humana.

A partir da compreensão do território como um espaço de múltiplos significados e que exprime a materialidade de experiências e existências diversas, importa não apenas o território em si mesmo, mas o uso que se faz dele, como espaço estruturado onde concorrem diferentes atores e interesses. Esta noção confere ao território centralidade tanto na forma como ele recebe os processos e intervenções externas quanto na resistência, nas suas transformações, nos tensionamentos e nas respostas aos contingenciamentos. Ou seja, o território é um organismo vivo que, ao mesmo tempo em que recebe as influências das dinâmicas externas também cria respostas a essas dinâmicas (REIS, 2005).

A incorporação da abordagem territorial do desenvolvimento leva em consideração que o desenvolvimento não pode mais ser explicado apenas pelas suas dinâmicas produtivas, mas também pelas dimensões econômica, social, cultural, política e histórica, levando em consideração as interações entre sociedade e espaço (FAVARETO, 2010). A multidimensionalidade permite observar os processos e pensar os territórios a partir de diversas dimensões para além do econômico, social e ambiental. Já a multiescalaridade deve ser construída de dentro dos territórios, levando em consideração os agentes locais, o lugar que determinado território ocupa na dinâmica macro, suas potencialidades, suas possibilidades de resistência e a forma como ele se insere nesta dinâmica (BACELAR, 2009).

Neste sentido, para este trabalho, as relações de gênero emergem como uma importante dimensão de análise territorial, uma vez que as práticas espaciais e temporais estão inter-relacionadas com os processos de produção, reprodução ou ressignificação das relações sociais. Ou seja, as relações de gênero se configuram com suas especificidades de acordo com as territorialidades. Da mesma forma, essas relações também compõem os territórios, seus limites, possibilidades, contradições e tensionamentos.

A partir da compreensão de que as relações sociais são relações de poder que estabelecem hierarquias que são atravessadas pelas condições de gênero, raça e classe das pessoas que compõem os territórios é importante analisar as intersecções entre território e relações de gênero, uma vez que ele se configura enquanto uma potência de múltiplos significados que exprime a materialidade de experiências e existências diversas. Assim, considera-se a territorialidade não apenas como um espaço geográfico dos acontecimentos, mas a partir das relações e das interações que ela propicia, das formas de poder e de resistência que ela cria e da possibilidade de criação de espaços de iniciativa e de autonomia frente às dinâmicas que o território recebe. O território é observado, enquanto construção social e espaço vivido, a partir do mapa relacional que nele se configura, da distribuição do poder entre os atores e das possibilidades de ação que se constroem nesses contextos (REIS, 2005). Ou seja, muito longe de ser apenas um palco, o território é um ator vivo e ativo.

Partindo desta análise que percebe o território e as relações de gênero como construções sociais interrelacionadas e que se compõem mutuamente, o objetivo deste trabalho teórico é abordar as relações de gênero como categoria analítica nas pesquisas em desenvolvimento regional, bem como as abordagens e enfoques possíveis para esta perspectiva. Além desta seção introdutória, a segunda parte do artigo trata especificamente das relações de gênero, o item seguinte aborda o desenvolvimento a partir de diferentes perspectivas, a seção seguinte trata especificamente da intersecção entre gênero e desenvolvimento e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

## **2 Gênero: uma construção histórica, social e espacialmente localizada**

Para compreender como as relações de gênero são construídas, seu entrelaçamento com os territórios e seu lugar no desenvolvimento é preciso primeiro tecer algumas considerações sobre o(s) conceito(s) de gênero. O objetivo do trabalho não é propor uma revisão ou uma discussão sobre os conceitos de gênero, mas indicar sobre quais destes

conceitos este trabalho se apoia ao sugerir uma abordagem do desenvolvimento regional, a partir da perspectiva de gênero.

O termo gênero foi cunhado na Psicologia como forma de compreender como eram construídas as identidades de homem e de mulher dos sujeitos e descobriram que esta identidade dependia mais da forma como os sujeitos foram socializados do que com o seu sexo biológico. Posteriormente, o termo gênero foi utilizado e reelaborado por outros campos das ciências sociais, como a antropologia (MONTECINO, REBOLLEDO, 1996). Uma das primeiras noções do gênero enquanto construção social foi escrita pela autora existencialista francesa Simone de Beauvoir, em meados do século XX, desafiando o determinismo biológico.

NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Desta forma, os processos de sociabilidade estabelecem padrões, papéis e responsabilidades para homens e mulheres, definindo o que é permitido e valorizado em cada um e é este sistema que determina as relações e posições desiguais entre homens e mulheres. Mais do que um estudo sobre mulheres, as análises de gênero propõem estudar as relações homens e mulheres e como seus papéis são construídos e como suas diferenças produzem desigualdades (MONTECINO, REBOLLEDO, 1996).

No movimento feminista o conceito de gênero surge no fim da década de 1960 por meio das feministas anglo-saxãs, quando, para além de questões sociais e políticas, elas passam a centrar suas atuações também na construção teórica (LOURO, 1997). Além de indicar a rejeição ao determinismo biológico do sexo masculino ou feminino, o uso da categoria gênero se inscreve em uma perspectiva que é essencialmente relacional a respeito das noções normativas de masculino e feminino (SCOTT, 1995).

Os estudos de gênero são, relativamente, recentes nas pesquisas sociais, sobretudo no campo do desenvolvimento. De forma geral, é na década de 1990 que essas questões passam a ocupar lugar em trabalhos teóricos e pesquisas, principalmente nas áreas da Sociologia, Antropologia e História (SILVA, 2000). No entanto, na área do Planejamento Urbano e da Geografia, a produção de pesquisas sobre os temas relacionados às mulheres e a utilização do gênero como categoria de análise ainda são escassas, porém necessárias para a compreensão não só das configurações espaciais, mas também – e principalmente – para a compreensão dos territórios enquanto construção social.

Assim, parte-se do conceito elaborado por Scott (1995), que designa gênero como as relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, ou seja, uma construção social e histórica dos sexos. No entanto, é importante atentar que os conceitos de gênero feminino e masculino são estabelecidos a partir de práticas e de performances baseadas em um papel social. Enquanto o sexo e as diferenças sexuais são determinados biologicamente, o gênero é construído socialmente, por meio de uma aprendizagem cultural. As definições de homens e mulheres variam de acordo com o contexto sociocultural, por isso, além de indicar a rejeição ao determinismo biológico do sexo masculino ou feminino, o uso da categoria gênero se inscreve em uma perspectiva que é essencialmente relacional a respeito das noções normativas de masculino e feminino e se refere à organização social das relações entre homens e mulheres (SCOTT, 1995).

A partir desta perspectiva, é importante compreender que as identidades masculina e feminina não são inerentes ao sexo biológico, mas construídas baseadas em subjetividades em um processo que é constante e que não estabelece relação direta com o sexo ou com os papéis sexuais. As identidades de gênero se estabelecem a partir de um sistema de relações que pode (ou não) incluir o sexo biológico, mas que não determinado necessariamente pelo sexo, nem é determinante fundamental da sexualidade. É por isso que para esta perspectiva relacional, social e histórica de gênero as mulheres não ocupam, necessariamente, corpos biologicamente femininos, assim como os homens não ocupam, necessariamente, corpos biologicamente masculinos (SCOTT, 1995).

Analisar gênero enquanto uma construção histórica e social implica, também, em identificar as expectativas e lugares que uma cultura específica associa ao “ser mulher” e “ser homem”, ou seja, o valor simbólico atribuído. Assim, as relações de gênero são construídas tanto no aspecto simbólico quanto no aspecto concreto como, por exemplo, na divisão sexual do trabalho, nas relações familiares ou nas relações sociais. Assim, a geógrafa Linda Mcdowell (2000) considera os aspectos simbólicos e materiais inseparáveis uma vez que as relações sociais, as formas de pensar e as representações “estão histórica e espacialmente situadas” (p. 20), ou seja, as noções de gênero não estão ancoradas em noções universais, mas mudam no tempo e no espaço.

Já De Lauretis (1992) define gênero como a construção social da mulher e do homem em uma relação semiótica entre o mundo externo e o interno, entre o social e o subjetivo. Já Haraway (1995) problematiza a construção do conceito de identidade de gênero a partir da distinção entre o biológico e o cultural. A autora critica o enfoque contra o determinismo

biológico que constrói a noção de gênero excluindo os corpos, uma vez que o corpo é a microescala geográfica da produção do gênero. Smith (2000) reitera a ideia do corpo como lugar de luta onde estão em disputa aspectos como o acesso ao corpo e o controle individual e estatal sobre ele, o cuidado com o corpo, o trabalho feito com o corpo e outras variáveis como raça (expressa na cor da pele), classe (expressa no vestir) e sexualidade (SMITH, 2000).

Além desta microescala, o autor traz outras que são a casa, a comunidade, a cidade, a região, a nação e o globo. Neste sentido, a região é responsável pela mediação entre as escalas locais (a comunidade e a cidade) e as escalas nacionais e globais. Assim, é na região que se expressa de forma mais aguda a produção social e onde se espacializam os processos internacionais e nacionais que repercutem nas demais escalas (SMITH, 2000).

Por se referir a um sistema de relações de poder que se baseiam em qualidades, papéis e comportamentos atribuídos a mulheres e homens, as relações de gênero (e os atravessamentos de classe, raça ou etnia) são determinadas pelo contexto histórico, social, cultural, político e econômico, pelo período e pela localização socioespacial. Ou seja, por ser histórica e socialmente construído, o gênero também é variável e mutável. Os papéis de gênero são produzidos e aprendidos por meio de processos de socialização e institucionalizados por meio de sistemas políticos, sociais e econômicos. Assim, evidencia-se o papel do território na construção e desconstrução das relações de gênero e na naturalização dos papéis atribuídos a homens e mulheres.

Neste sentido, produzir conhecimento no campo do desenvolvimento regional a partir da perspectiva de gênero é uma forma de compreender como se constroem as relações entre as pessoas e como estas relações produzem e são produzidas pelas dinâmicas sociais como forma de pensar o desenvolvimento a partir de um novo paradigma, fundamentado na perspectiva de gênero. Esta é uma forma de olhar o território não sob o ponto de vista das mulheres ou dos homens, mas a partir das relações que se estabelecem entre eles.

### **3 Perspectivas em Desenvolvimento Regional: desenvolver o que e para quem?**

Evidentemente que não existe apenas um conceito de desenvolvimento, uma vez que suas definições variam de acordo com o contexto político, econômico, social, histórico, com os problemas ambientais e com os processos sociais. No entanto, os enfoques do desenvolvimento costumam ser sustentados pelo viés economicista e baseado nas concepções hegemônicas do que seria desenvolver.

Pode-se afirmar que os estudos e as discussões sobre o(s) conceito(s) de desenvolvimento passaram ter destaque nas ciências sociais nos últimos 50 anos, principalmente, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Entre os anos 1950 e 1990, três principais orientações teóricas conduziram os estudos em desenvolvimento: a teoria da modernização (1950-1960) aliava o desenvolvimento com crescimento a partir de uma perspectiva liberal; a teoria da dependência (1960-1970), vinculada às tradições marxistas; e aproximações mais críticas ao desenvolvimento como um discurso cultural (1980-1990) em uma abordagem que é ligada aos teóricos pós-estruturalistas (ESCOBAR, 2005).

É importante ressaltar que essas não são as únicas correntes dos estudos em desenvolvimento. Outras abordagens como o novo institucionalismo econômico, o enfoque das capacidades humanas, o enfoque do capital social, os enfoques territoriais e os neokeynesianos foram alguns dos paradigmas que se estabeleceram na discussão sobre o desenvolvimento. Além disso, há outras abordagens como as que emergem a partir dos chamados estudos decoloniais.

Nos anos de 1950 o desenvolvimento estava relacionado à ideia de progresso com crescimento econômico, industrialização e modernização da agricultura e defendia que os efeitos deste crescimento seriam distribuídos pelo mercado (MENDOZZA 2010). Ainda na segunda metade do século XX a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) promoveu um importante debate acerca do desenvolvimento tendo a industrialização como meio para superar a pobreza ou reduzir as desigualdades entre os países ditos subdesenvolvidos e os países ricos, com a ação do Estado, sobretudo para o planejamento e medidas protecionistas (DIAS, 2012).

A partir da década de 1970 quando ficam evidentes os limites do crescimento econômico e da distribuição dos seus benefícios, são incorporadas às discussões sobre desenvolvimento as políticas sociais com foco na redistribuição dos benefícios do crescimento econômico. Como resultado, surge a concepção de desenvolvimento vinculada à satisfação das necessidades humanas e a superação de problemas como a pobreza, a desnutrição e o desemprego passam a ocupar a agenda de discussões com maior protagonismo do Estado. Em meados dos anos 1980, com o fracasso das políticas redistributivas e da ação protecionista do Estado, o enfoque capitalista neoliberal de desenvolvimento propõe que o Estado crie as bases institucionais para a atuação livre do mercado que seria o responsável pelo crescimento econômico e pelo desenvolvimento (MENDOZZA, 2010).

E em outra perspectiva, que tem como enfoque a expansão das capacidades humanas Sen (2000) aborda o desenvolvimento a partir da ampliação dos direitos que as pessoas têm de acessar bens e serviços, tanto para satisfazer suas necessidades, quanto para melhorar seu nível de bem-estar. Assim, o desenvolvimento está relacionado, diretamente, com a expansão das liberdades para as pessoas. O autor entende que, em que pese o crescimento econômico e as dimensões globais, muitas pessoas ainda têm negadas as liberdades elementares, diretamente relacionadas com a pobreza e que privam as pessoas de terem atendidas suas necessidades mais básicas.

Outra abordagem é a de Sachs (2004) que parte da diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico. Embora compreenda que o segundo é fundamental, entende que o primeiro vai além da acumulação da riqueza. Neste sentido, o autor aborda ainda a necessidade da redução das desigualdades, além da inclusão das noções de equidade e solidariedade como forma de superar o que chama de “economicismo redutor” e avançar no sentido da redução da pobreza. Assim, abre-se o caminho para a construção de um território que seja incluyente e avance na busca por uma sociedade mais justa, humana e igualitária e que tenha condições de balizar seu crescimento a partir da valorização de seus recursos endógenos. Também é Sachs (2004) quem traz ao debate a ideia de desenvolvimento sustentável com bem-estar econômico e preservação dos recursos naturais.

Já para Boisier et. al (1995), ao se pensar o desenvolvimento, deve-se levar em consideração três objetivos principais que são o aperfeiçoamento do território, o aperfeiçoamento da sociedade que ocupa este território e o aperfeiçoamento de cada pessoa que constitui esta sociedade, a partir da perspectiva de que o desenvolvimento compreende mudanças que são não apenas econômicas, mas também sociais, ambientais e estruturais. Pensando, também, na questão territorial, Becker (2000) ao abordar o processo de desenvolvimento regional, inclui, além das transformações sociais, o aproveitamento das diferenças regionais de acordo com os recursos e especificidades de cada região.

Já em uma perspectiva que chama de anticolonial Cusicanqui (2015) questiona tanto o discurso quanto a prática hegemônica do desenvolvimento e atribui a manutenção desses discursos e práticas à democracia representativa, que estrutura a sociedade em hierarquias e relações de força. Além disso, a autora entende que a ideia de desenvolvimento se converteu em um conjunto de símbolos determinados e que, no atual paradigma do desenvolvimento, toda intervenção neste sentido reforça o modelo colonial preexistente, ao conceber como miseráveis e pobres os beneficiários dos grandes projetos de desenvolvimento que

desconsideram as potencialidades endógenas, a cultura, a história, as relações de gênero, além de promover um desgaste ambiental.

A partir das diferentes perspectivas que norteiam a discussão sobre o que se entende por desenvolvimento, o único consenso possível é que este é um conceito ainda em disputa. Por outro lado, é possível observar alguns pontos em comum. As principais abordagens perpassam pelas relações que se estabelecem entre Estado e mercado, a geopolítica que se desenha a partir da Segunda Guerra Mundial, a divisão internacional do trabalho e as hierarquias que identificam e delimitam os países como centrais ou periféricos a partir das noções economicistas eurocêntricas. Ainda que tenham sido incluídas no debate sobre desenvolvimento outras temáticas importantes como as questões sociais e ambientais, a hegemonia do debate está centrada na manutenção do modo de produção capitalista, com algum ganho social e preservação ambiental.

Ou seja, ainda que não haja um conceito universal de desenvolvimento é possível observar algumas convergências nas diferentes perspectivas que perpassam, para além do crescimento econômico, por aspectos sociais, ambientais e culturais, conferindo maior protagonismo ao território do que a noções pré-concebidas, classificações ou indicadores. Neste sentido, indo além de determinantes pré-estabelecidos, só é possível falar em desenvolvimento ao se considerarem as especificidades de cada território, seus recursos econômicos, sociais e ambientais a qualidade de vida e os aspectos culturais, bem como seus processos históricos. Portanto, assim como não há um conceito, não há um modelo universal do que é desenvolvimento ou do que é ser desenvolvido.

#### **4 Gênero e desenvolvimento regional**

Mais do que um estudo sobre mulheres, as análises de gênero propõem estudar as relações entre homens e mulheres e como seus papéis são construídos e como suas diferenças produzem desigualdades (MONTECINO, REBOLLEDO, 1996).

Os estudos de gênero são, relativamente, recentes nas pesquisas sociais, sobretudo no campo do desenvolvimento. A utilização do gênero como categoria de análise nos estudos em desenvolvimento regional permite compreender melhor as assimetrias nas relações entre homens e mulheres, além de analisar os efeitos das propostas de intervenção, a mudança na condição das mulheres e aspectos específicos das relações de gênero. Além de indicar a rejeição ao determinismo biológico do sexo masculino ou feminino, o uso da categoria gênero

se inscreve em uma perspectiva que é essencialmente relacional a respeito das noções normativas de masculino e feminino e se refere à organização social das relações entre homens e mulheres (SCOTT, 1995).

Ou seja, enquanto o sexo é determinado biologicamente, o gênero é construído historicamente. Neste sentido, as relações de gênero são influenciadas pelo contexto econômico, social e político, o que faz com que a construção dos papéis gênero seja mutável e variável, de acordo com esses contextos. A utilização do gênero como categoria analítica nas ciências sociais e, especificamente, no desenvolvimento regional possibilita que se descortinem, por meio da análise das relações de gênero, as estruturas que produzem exclusão e desigualdade.

O conceito de gênero surge no fim da década de 1960, dentro do movimento feminista que, para além de questões sociais e políticas, passa a centrar sua atuação também na construção teórica. Já a palavra desenvolvimento vem assumindo diferentes significados ao longo do tempo, dialogando com temas como a redução da pobreza, a inclusão social, o crescimento econômico, a criação de novas tecnologias, novas formas de produção e de consumo, aquisição de bens de consumo. Ou seja, o desenvolvimento é um conceito que não é consensual, mas construído a partir de uma pluralidade de sentidos, de forma geral, associado ao crescimento econômico, ao avanço tecnológico e ao progresso.

No entanto, um ponto sobre o qual se tem clareza é que, muito mais do que crescimento econômico sob o ponto de vista quantitativo, o desenvolvimento pressupõe não só o crescimento e o progresso, mas também a erradicação da pobreza e a melhoria de indicadores qualitativos no que se refere a bem-estar e qualidade de vida.

Durante as primeiras décadas dos estudos de desenvolvimento as mulheres, por serem as principais encarregadas dos cuidados com a família, eram consideradas parte dos grupos vulneráveis, para os quais se pensava em políticas de bem-estar. As estratégias neste sentido consideravam as mulheres como receptoras passivas das políticas de desenvolvimento e, por terem a maternidade como sua principal função, se considerava que esta era sua principal contribuição para o desenvolvimento (ZABALA, 2010). Naquele período, em uma perspectiva baseada no crescimento econômico sustentável, tendo em vista a modernização do capitalismo, e na inclusão dos grupos vulneráveis, as políticas de desenvolvimento voltadas às mulheres tinham como foco a sobrevivência da família, mediante a provisão de alimentos, programas de educação nutricional, programas de planejamento familiar e serviços que facilitassem a execução das tarefas domésticas (LEÓN, 1996).

A partir da década de 1970, com adoção da perspectiva “Mujer em el Desarrollo” (MED), as políticas de desenvolvimento passam a tratar sobre a inserção da mulher em atividades produtivas e sua maior integração ao processo de desenvolvimento, levando em consideração que as mulheres eram um recurso subutilizado. Este modelo, além de não avançar na discussão sobre classe social não considerava o impacto do desenvolvimento para as mulheres e as integrava pela exploração do trabalho produtivo (ZABALA, 2010).

Note-se que, neste período, havia o entendimento de que a marginalização das mulheres era um obstáculo ao desenvolvimento. O foco das políticas era centrado nas mulheres e na transformação da situação delas. No entanto, não levava em consideração os homens, o lugar deles na sociedade, nas relações de gênero e o papel deles na família.

Na América Latina, este período foi marcado pela realização da Conferência Regional sobre a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina em Havana em 1977 e pela Conferência do Ano Internacional da Mulher, no México, em 1975. Desde então, foram realizadas 13 conferências regionais sobre a mulher ao longo de 40 anos, com propostas sobre violência contra as mulheres, feminicídio, direitos sexuais e reprodutivos, identidades, migração, trabalho não remunerado, cuidado, divisão sexual do trabalho, novas tecnologias, desenvolvimento econômico, cidadania e democracia, a partir de uma agenda local que levasse em conta a condição dos países latino-americanos (CEPAL, 2017).

Enquanto isso, no campo político e acadêmico, a partir da segunda onda do movimento feminista, na década de 1960, se passa a questionar a produção do conhecimento, que excluía as mulheres (KETZER, 2017). De forma paralela às discussões promovidas pelas agências governamentais, os estudos sobre as mulheres emergem a partir da politização do cotidiano, das relações familiares e dos papéis das mulheres, considerando o espaço privado, também como um lugar de poder e de disputas. Essa perspectiva dá origem aos estudos sobre a mulher não só no âmbito privado, mas também na sociedade, na política, no trabalho e nos movimentos sociais. No entanto, até os anos 1980 os estudos ainda estavam centrados em análises sobre as mulheres, o papel feminino, casamento, maternidade, trabalho e sexualidade (ABREU, ANDRADE, 2010).

Mais recentemente, entre os anos de 1980 e 1990, com os avanços nos estudos feministas, nos conceitos de gênero e empoderamento, um novo enfoque passou a guiar os estudos e as políticas na área, conhecido como “Gênero em el desarrollo” (GED), a partir do entendimento de que a perspectiva MED tinha limitações não apenas conceituais, mas também políticas. A partir dessa nova visão o foco é não apenas com o objetivo de transformar a

condição da mulher, mas de corrigir as assimetrias nas relações de gênero, o aprimoramento da sociedade e de todas as pessoas com foco na plena cidadania e na democracia. A ideia era avançar na construção de um novo paradigma que não buscasse a integração das mulheres ao processo de desenvolvimento, mas construir processos que levassem em conta as assimetrias entre os gêneros, abandonando a ideia de que as mulheres se beneficiavam, automaticamente, das políticas de desenvolvimento (LEÓN, 1996). Essa perspectiva enfatiza a necessidade de transformar as relações sociais entre homens e mulheres, sobretudo nos processos históricos, ideológicos, religiosos, econômicos e culturais que repercutem na subordinação da mulher nas relações de gênero (STADUTO, KRETER, 2017).

Tanto por uma necessidade de aprimoramento metodológico para as pesquisas, quanto pela reivindicação dos movimentos sociais, o gênero emerge como categoria analítica a partir do entendimento de que era necessário observar a condição da mulher, não de forma isolada, mas de forma relacional, considerando também a experiência coletiva de homens e mulheres (ABREU, ANDRADE, 2010). Tendo em vista que o sujeito “mulher” não é estável, nem permanente e que é nas relações sociais que ele é construído, a categoria gênero destaca este caráter socialmente construído da condição feminina (BUTLER, 2003). Já a partir da terceira onda do movimento feminista, com o objetivo de preencher as lacunas deixadas pela segunda onda, que universalizava as mulheres, considerando quase que exclusivamente as mulheres brancas, heterossexuais de classe média, outras questões como a raça e a sexualidade emergem nas discussões, tanto no movimento social, quanto nas pesquisas (KETZER, 2017)

Para além da América Latina, no mesmo período, outros países também discutiram o tema mulheres, gênero e desenvolvimento. No começo dos anos 1970 o Comitê de Mulheres em Washington cunhou o termo “Woman in Development” (WID), ou seja, Mulheres no Desenvolvimento. O termo surge a partir da teoria da modernização com a perspectiva de que as mulheres eram um recurso inexplorado. A discussão se deu após a publicação de Ester Boserup sobre o papel das mulheres no Desenvolvimento Econômico, analisando sistematicamente a divisão sexual de trabalho que existia nas economias agrárias (RATHGEBER, 1989).

O termo WID foi adotado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que produziu uma metodologia para identificar de que forma as mulheres foram deixadas de lado no processo de desenvolvimento. Ao planejar a integração das mulheres ao processo de desenvolvimento, essa perspectiva resultou, entre outras ações,

na criação de políticas de qualificação de mulheres pobres, com foco na inserção no mercado de trabalho (STADUTO, KRETER, 2017).

Ainda na segunda metade da década de 1970, a partir da teoria da dependência, em uma perspectiva que levava em conta a relação entre as mulheres e os processos de desenvolvimento e não apenas a integração delas a esses processos, surge o termo “Woman And Development” (WAD), Mulheres e desenvolvimento. Essa abordagem considera que as mulheres sempre foram integradas aos processos de desenvolvimento por meio do trabalho, produtivo ou reprodutivo, mas que a forma como se deu essa integração sustentava as estruturas de desigualdade. Além disso, embora não tenham adotado um olhar sobre as relações de gênero, esta abordagem levava em consideração que os homens dos países em desenvolvimento (ou do Terceiro Mundo, como eram chamados estes países), também eram afetados de forma desigual pelos processos de desenvolvimento (RATHGEBER, 1989).

Já na década de 1980, na Terceira Conferência Mundial da Mulher, no Quênia, as mulheres dos países em desenvolvimento questionam as estratégias adotadas até então e a necessidade de um enfoque que considere os problemas das mulheres não mais como problemas de um grupo isolado, mas como resultado das relações assimétricas entre homens e mulheres. Neste sentido, a discussão dá origem ao termo “Gender And Development” (GAD), ou seja, Gênero e Desenvolvimento. A abordagem surge a partir de raízes teóricas do feminismo socialista, focada nas relações sociais de gênero e questionando os papéis atribuídos a homens e mulheres nas diferentes sociedades (STADUTO, KRETER, 2017).

Ou seja, tanto nas discussões feitas nos países da América Latina, quanto em outros, há uma mudança na abordagem teórica e política. Esta abordagem incorpora a discussão de gênero como ferramenta para a inclusão das mulheres, sua maior participação nos processos de desenvolvimento, sua integração e a redefinição das estruturas de subordinação das mulheres.

A categoria gênero responde a um impasse teórico-metodológico, político e governamental como uma categoria essencialmente relacional e subjetiva a partir de contextos sociais, políticos, econômicos e históricos. Neste contexto, se adota o termo “empoderamento” como forma de promover mudanças individuais e coletivas com a finalidade de reorganizar as estruturas sociais responsáveis pela subordinação das mulheres, sobretudo nas relações familiares. Assim, então, se enfatiza que a subordinação se manifesta de formas diferentes de acordo com classe, etnia e com a posição do país na ordem econômica internacional. Neste sentido, as estruturas a serem reorganizadas estão em diferentes escalas. Portanto, as

mudanças devem ocorrer nos países, nas sociedades e dentro de cada família, transformando as relações de gênero, classe e etnia (LEÓN, 1996).

Assim, quando falamos em um padrão de desenvolvimento baseado no bem-estar coletivo e na igualdade, falamos também em empoderamento e equidade. Desta maneira a abordagem de gênero no desenvolvimento regional implica olhar as necessidades das mulheres não de forma isolada, mas como parte de um sistema relacional que perpassa pelo lugar, pelas instituições, pelas práticas sociais, culturais e econômicas com o objetivo de superar desigualdades que são estruturais. Ao adotar a abordagem de gênero no desenvolvimento regional, vai-se ao encontro da perspectiva de que a sociedade deve ser tratada não apenas como objeto de estudo, mas de transformação, com o objetivo de reduzir as desigualdades e fazer com que os processos de desenvolvimento contemplem as necessidades de toda a sociedade (SÁNCHEZ, RODRÍGUEZ, 2007).

Quando se fala em desenvolvimento é preciso pensar em um modelo que vá além do crescimento econômico e seja balizado por inclusão social, qualidade de vida e sustentabilidade, um modelo que avance no sentido de eliminar todas as causas de privação de liberdade como a pobreza, a desigualdade e a falta de oportunidades, além das relações de subordinação. Desta forma, a partir da reconstrução das relações de gênero e das estruturas nas quais estas relações são fundamentadas, abre-se caminho para a construção de um território includente, justo, humano e, sobretudo, igualitário.

A partir desta concepção, a utilização do gênero como categoria de análise no desenvolvimento regional implica compreender que os eixos que articulam as relações entre sociedade e desenvolvimento como o trabalho, a equidade, o acesso a bens e serviços e todos os aspectos sociais, econômicos e culturais que envolvem a reprodução da sociedade devem levar em consideração as características que cada lugar assume em função das relações de gênero que ali se estabelecem.

## **5 Considerações finais**

Diferente do sexo, determinado biologicamente, as relações que se estabelecem entre os gêneros são construções sociais, fundamentadas e reproduzidas por estruturas educacionais, culturais, econômicas e espaciais. Compreendendo o território como um espaço construído a partir das inter-relações que se estabelecem entre os agentes sociais, deve-se levar em consideração o papel do território na construção dessas relações e legitimação dos discursos

que resultam em subordinação e invisibilidade das mulheres e do seu trabalho nas esferas produtiva e reprodutiva.

Neste sentido, um modelo de desenvolvimento fundamentado em abordagens que não levam em consideração a perspectiva de gênero não é, necessariamente, neutro. Esta condição revela que as estruturas que resultam em relações de subordinação entre homens e mulheres e na invisibilidade do trabalho produtivo feminino são ignoradas pelos agentes sociais. Grande parte das pesquisas na área do desenvolvimento não considera a perspectiva de gênero e as repercussões dessas relações para o desenvolvimento, bem como para a construção dos territórios, enquanto espaço usado.

Os papéis de gênero são aprendidos por meio de processos de socialização e institucionalizados por meio de sistemas políticos, sociais e econômicos. Assim, evidencia-se o papel do território na construção e desconstrução nas relações de gênero e na naturalização dos papéis atribuídos a homens e mulheres. Por isso, levando em consideração uma perspectiva relacional, pensar o território sem levar em conta as relações de gênero, não é uma abordagem neutra, mas significa que as construções que produzem e que são produzidas por relações assimétricas entre os gêneros não são percebidas pelos sujeitos e acabam sendo naturalizadas e reproduzidas.

Para tanto, é preciso pensar na desconstrução e reconstrução das estruturas sociais e econômicas dos territórios no sentido de buscar um novo paradigma para o desenvolvimento. Este novo paradigma, fundamentado na perspectiva de gênero, não pretende olhar o território sob o ponto de vista de homens ou de mulheres, mas a partir das relações que se estabelecem entre eles. Para tanto, este é um modelo de desenvolvimento fundamentado na liberdade, na igualdade de oportunidades para todos e no empoderamento. O desenvolvimento a partir da perspectiva de gênero tem como agentes não só as mulheres, mas também os homens, construindo uma forma alternativa de poder, uma vez que o ganho das mulheres não representa necessariamente perda para os homens.

Refletir sobre gênero pode construir uma releitura de toda a sociedade. Isso significa repensar as estruturas sociais, econômicas, as relações de trabalho, a cultura e a linguagem, os meios de comunicação, a família, o sistema educacional, etc. Adotar essa perspectiva de análise no desenvolvimento regional, pode funcionar como uma lente para enxergar aspectos que a sociedade vem produzindo e reproduzindo relações desiguais. A partir dessa abordagem é possível compreender como as relações de gênero se constroem nos territórios e de que forma elas podem ser transformadas.

## Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. “Para uma teoria de Estudos Territoriais.” In: VIEIRA, Paulo F. et al. (Org.). *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil. Subsídios para uma política de fomento*. Florianópolis: Secco, 2010. p. 27-77. Disponível em <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/970>. Acessado em 18 de maio de 2020.
- ABREU, Jânio Jorge Vieira de; ANDRADE, Thamyres Ramos de. “A compreensão do conceito e categoria gênero e sua contribuição para as relações de gênero na escola.” In: *VI Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI*, 2010, Teresina (PI). O pensamento pedagógico na contemporaneidade: Teresina 01 a 03 de dezembro de 2010. p. 1-14.
- BACELAR, Tânia. “Gestão social e Desenvolvimento Sustentável dos Territórios: os desafios da multiescalaridade - uma visão a partir do Brasil.” In: BACELAR, Tânia et al. *Gestão social dos territórios*. Brasília IICA, 2009. p. 35-52. Disponível em <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/DRS-10.pdf>
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2.ed. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1967.
- BECKER, Dinizar. “Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos.” In: BECKER, Dinizar.; BANDEIRA, Pedro Silveira (Org.). *Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos*. v. 1. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. Santa Cruz do Sul, 2000. P. 13-20.
- BOISIER, Sergio et al. *Sociedad Civil, Actores Socielles y Desarrollo Regional*. Santiago do Chile: Ilpes/Cepal, 1995. Disponível em <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/9663>. Acesso em 03 de junho de 2020.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CEPAL. 40 años de agenda regional de género. Santiago: Nações Unidas, 2017. Disponível em <https://www.cepal.org/es/publicaciones/40333-40-anos-agenda-regional-genero>. Acesso em 13 de maio de 2020.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Sociología de la imagen: ensayos*. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.
- DIAS, Cleidson Nogueira. “Abordagens do desenvolvimento latino-americano: a análise de uma das principais políticas de desenvolvimento regional no Brasil.” In: ETGES, Virgínia Elisabeta; AREND, Silvio Cezar (orgs): *CEPAL: Leituras sobre o desenvolvimento latino-americano*. Santa Cruz do Sul, Edunisc: 2012.
- ESTEVA, Gustavo. “Desenvolvimento”. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- FAVARETO, Arilson. “As tentativas de adoção da abordagem territorial do Desenvolvimento rural – Lições para uma nova geração de políticas públicas.” *Raízes*, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2 e v. 29, n.1, p. 52–62, jan./2009 a jun./2010. Disponível em [http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_217.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_217.pdf) . Acesso em 17 de junho de 2020.
- \_\_\_\_\_ et. al. “Territórios importam – Bases para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil.” In: *Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade*, Brasília, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em

[https://favaretoufabc.files.wordpress.com/2018/07/2018\\_favareto\\_et\\_al\\_territoriosimportam\\_revista\\_regis-n-1.pdf](https://favaretoufabc.files.wordpress.com/2018/07/2018_favareto_et_al_territoriosimportam_revista_regis-n-1.pdf). Acesso em 14 de julho de 2020.

HARAWAY, Donna. *Ciencia, cybergs y mujeres. La reinención de la naturaleza*. Madrid, Cátedra, 1995.

KETZER, Patrícia. “Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações.” *Argumentos*, Fortaleza, ano 9, n. 18, p. 95-106, jul./dez. 2017

LAURETIS, Teresa de. *Alicia ya no*. Madrid, Cátedra, 1992.

LEÓN, Magdalena, “Mujer, género y desarrollo. Concepciones, instituciones y debates en América Latina”, In: *Estudios Básicos de Derechos Humanos IV*, Instituto Interamericano de Derechos Humanos, San José de Costa Rica, 1996.

LOURO, G.L. “Gênero, História e Educação: construção e desconstrução.” *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.20, n.2, p.101-132, jul/dez, 1995. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71722>. Acesso em 13 de julho de 2020.

MacDOWELL, Linda. *Género, Identidad y Lugar*. Madrid, Cátedra, 2000.

MENDOZA, Breny. “La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano.” In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa (coord). *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano – Vol.1: 19-36*, Buenos Aires: Em la Frontera, 2010. Disponível em [https://www.academia.edu/37696822/Breny\\_Mendoza\\_La\\_epistemologia\\_del\\_sur\\_la\\_colonialidad\\_de\\_genero\\_y\\_el\\_feminismo\\_latinoamericano](https://www.academia.edu/37696822/Breny_Mendoza_La_epistemologia_del_sur_la_colonialidad_de_genero_y_el_feminismo_latinoamericano). Acessado em 12 de julho de 2020.

MONTECINO, Sonia. REBOLLEDO, Loreto. *Conceptos de Genero y Desarrollo*. 1.ed. Santiago: Universidad de Chile, 1996.

RATHGEBER, Eva M. *WID, WAD, GAD: Trends in research and practice. Meetings of the Canadian Institute for the Advancement of Women*. Held in Quebec City. International Development Research Centre, Ottawa, 1989.

REIS, José. “Uma epistemologia do território.” *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 1, p.51-74, 2005. Disponível em <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/226/226.pdf>. Acessado em 02 de agosto de 2020.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SÁNCHEZ, Eramis B., RODRÍGUEZ, Gloria M. V. “Género y desarrollo: Um desafio para las políticas públicas.” In: *América Latina y el Caribe: Retos Sociodemográficos em el Tercer Milenio*. La Habana, fev. 2007. Disponível em: [http://cpsctec.com.br/brasil\\_cuba/material\\_cuba/genero\\_y\\_desarrollo.doc](http://cpsctec.com.br/brasil_cuba/material_cuba/genero_y_desarrollo.doc). Acesso em 12 de maio de 2020.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. “A questão: o uso do território”. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. cap. 1. p. 19-22.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 20 (2), p. 71-99, jul.-dez. 1995

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Susana Veleza da. “Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações”, *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, N. 262, 15 de

novembro de 2000. Disponível em

<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/1212/Os%20estudos%20de%20g%C3%AAnero%20no%20Brasil%20algumas%20considera%C3%A7%C3%B5es.pdf?sequence=1>. Acesso em 02 de agosto de 2020.

SMITH, Neil. “Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica.” In ARANTES, A (org) *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus, 2000.

STADUTO, Jefferson A. R.; KRETER, Ana C. *Gênero e território: um documento balizador para o Oeste do Paraná*. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2017. – 20 p. il. <https://www.pti.org.br/pt-br/content/g%C3%AAnero-e-territ%C3%B3rio-um-documento-balizador-para-o-oeste-do-paran%C3%A1>. Acesso em 20 de abril de 2020.

ZABALA, Idoie. *Estrategias alternativas em los debates sobre género y desarrollo*. Dpto. Economía Aplicada I. Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, 2010. Disponível em [http://revistaeconomicacritica.org/sites/default/files/revistas/n9/4\\_Idoie\\_Zabala.pdf](http://revistaeconomicacritica.org/sites/default/files/revistas/n9/4_Idoie_Zabala.pdf). Acesso em 12 de maio de 2020.